

A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

3



Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2022

A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

3



Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A educação enquanto fenômeno social: um estímulo a transformação humana 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: um estímulo a transformação humana 3 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0063-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.639221103>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Subrinho, Abinalio Ubiratan da Cruz (Organizador). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Desde a superação dos paradigmas interpostos pelas tendências de cunho tradicionalista, o campo educacional vem somatizando uma série de ganhos e tensionamentos, entre eles se sublinha o amadurecimento das concepções da aprendizagem enquanto ato situado, atravessado pelas mais diversas experiências e contextos no qual todos os atores envolvidos neste rizoma se tornam importantes elaboradores e propagadores de conhecimento.

Adjunto a isso, se destaca também a indispensável atuação dos professores/as, coordenadores/as e demais profissionais da educação no desenvolvimento de reflexões de cunho teórico, metodológico, epistemológico, formuladas a partir da investigação da sua própria prática. Estudos que se convertem basilares no desenvolvimento de políticas públicas que levem em consideração o cenário sociocultural no qual a escola está imersa (do qual é simbioticamente integrante) e os sujeitos, intra e extramuros, que a compõem.

Nesse sentido, as práticas de pesquisa em Educação têm oportunizado um ganho sistêmico e multilateral para o campo e para os sujeitos, benefícios que refletem, diretamente, nos gestos e processos sociais: ganha o campo pois, em decorrência das investigações novas lentes são lançadas sobre fenômenos e problemáticas que permeiam as relações seculares do ensinar e aprender, bem como emergem novas questões achados que irão, entre outras circunstâncias, contribuir com reformulação do currículo escolar e da didática, inserindo e revisando temáticas e epistemologias.

Quanto aos indivíduos que, atravessados de suas subjetividades, ao pesquisarem exercem a autoformação, dimensão formativa aqui pensada a partir de Pineau (2002), que em linha gerais a define como um processo perene que acompanha os sujeitos em toda sua vida, promovendo uma revolução paradigmática. O estar atento a você mesmo, suas atitudes, emoções, e a relação com o outro e com o ambiente. A interação destas dimensões constitui um engajamento às causas pessoais, sociais e ambientais, possibilitando que os indivíduos reflitam e ressignifiquem, nesse contexto, o pensar praticar à docência e as outras diversas formas de ensinar.

Desse modo, nesta obra intitulada “**A educação enquanto fenômeno social: Um estímulo a transformação humana**” apresentamos ao leitor uma série de estudos que dialogam sobre as mais variadas temáticas, entre elas: a formação inicial e contínua dos profissionais da educação; discussões acerca dos níveis e modalidades de ensino, percebidas a partir de diversas perspectivas teóricas; da gestão da sala de aula e da gestão democrática do ensino público; elaboração e análise crítica de instrumentos ensino e situações de aprendizagem; constructos que versam sobre educação, tecnologia, meio ambiente, entre outras propostas transversais. As pesquisas adotam métodos mistos, filiadas a diferentes abordagens, campo teórico e filosófico, objetivando contribuir com a

ampliação dos debates em educação e com a formação, qualificação e deleite de todos os sujeitos que se encontrarem com este livro.

Assim, desejamos a todos e todas uma aprofundada e aprazível leitura.

Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

INTERNACIONALIZAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ACREDITAÇÃO REGIONAL DO MERCOSUL

Jeinni Kelly Pereira Puziol

Gladys Beatriz Barreyro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6392211031>

CAPÍTULO 2..... 15

LAS UNIVERSIDADES TECNOLÓGICAS DE HIDALGO: UN ANÁLISIS PESTEL ANTE UNA MEGACIENCIA

Amalia Santillán Arias

Concepción Gómez Juárez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6392211032>

CAPÍTULO 3..... 26

REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DOCENTE: UMA ANÁLISE SOBRE A SAÚDE E O SOFRIMENTO PSÍQUICO DO PROFESSOR

Glaé Corrêa Machado

Andréia Mendes dos Santos

Renata Santos da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6392211033>

CAPÍTULO 4..... 39

EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO: AS TICS COMO MEDIADORAS DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Francisco Duarte da Cruz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6392211034>

CAPÍTULO 5..... 52

INFLUÊNCIAS DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO BRASILEIRO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS

Jiuliana Ferreira Florentino

Vanderlei Balbino da Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6392211035>

CAPÍTULO 6..... 62

AS AULAS DE MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM TEMPO DE PANDEMIA: DA TRANSMISSÃO-ASSIMILAÇÃO PARA A SISTEMATIZAÇÃO COLETIVA DO CONHECIMENTO

Claudia Lorena Juliato Araujo

Pura Lúcia Oliver Martins

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6392211036>

CAPÍTULO 7	70
WIKIPÉDIA, UM LÓCUS DE (DES)ENCONTROS ENTRE AGENTES HUMANOS E NÃO HUMANOS?	
Teresa Margarida Loureiro Cardoso Maria Filomena Pestana Martins Silva Coelho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6392211037	
CAPÍTULO 8	84
COMPREENSÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CRIANÇA A PARTIR DE VIGOTSKI	
Ilda de Franceschi Fellipetto Marciele Dias Santos Cabeleira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6392211038	
CAPÍTULO 9	91
ASPECTOS RELEVANTES DO PROCESSO CONSTRUTIVO-INTERPRETATIVO DAS INFORMAÇÕES NO CURSO DE UMA PESQUISA FOCALIZADA NA SUBJETIVIDADE	
Maria Mônica Pinheiro-Cavalcanti	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6392211039	
CAPÍTULO 10	103
DESIGN DA INFORMAÇÃO, EDUCAÇÃO EM SAÚDE E INCLUSÃO DAS CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19	
Fernando dos Santos Almeida Francisco Antonio Pereira Fialho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110310	
CAPÍTULO 11	110
CONCEPÇÃO FENOMENOLÓGICA DE ANGÚSTIA EM SARTRE: ATUALIDADES FILOSÓFICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA	
Maria Lúcia Gomes Figueira de Melo Maria Josevett Almeida Miranda Denise de Souza Simões Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110311	
CAPÍTULO 12	119
SELO LENTE INTERIOR: CERTIFICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE EMOCIONAL NAS ORGANIZAÇÕES	
Svetlana Romagna Valentim	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110312	
CAPÍTULO 13	142
CONCEPÇÕES E PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES E GRADUADOS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANISTA NO CURSO DE PEDAGOGIA NO ISCED DE CABINDA,	

ANGOLA

Lando Emanuel Ludi Pedro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110313>

CAPÍTULO 14..... 158

REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA FORMAÇÃO HUMANA DE JOVENS E ADULTOS DO PROEJA

Bianca Bissoli Lucas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110314>

CAPÍTULO 15..... 166

UM BREVE PANORAMA DAS NORMATIVAS ACERCA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E O NAPNE

Isabel Freitas Cunha

Valeska Guimarães Rezende da Cunha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110315>

CAPÍTULO 16..... 175

PROPOSTA DE SISTEMA UNIFICADO PARA O GERENCIAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E MESTRES DAS ESCOLAS TÉCNICAS

Murilo Santos Garcia

Ana Paula Dário Zocca

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110316>

CAPÍTULO 17..... 200

A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DO ENSINO TÉCNICO FRENTE À SUA FORMAÇÃO CONTINUADA EM TECNOLOGIA ASSISTIVA E A AGENDA 2030

Andrea Ribeiro Ramos

Roberto Kanaane

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110317>

CAPÍTULO 18..... 209

EL PERFIL PROFESIONAL DEL INGENIERO DEL SECTOR TIC UN DIAGNÓSTICO BASADO EN COMPETENCIAS

Marcelo Dante Caiafa

Ariel Aurelio

Adrián Marcelo Busto

José Krajnik

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110318>

CAPÍTULO 19..... 223

O ESTRANGEIRO

Suelen Aparecida de Carvalho Rela

Daniela Dias Anjos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110319>

SOBRE OS ORGANIZADORES	229
ÍNDICE REMISSIVO.....	230

CAPÍTULO 16

PROPOSTA DE SISTEMA UNIFICADO PARA O GERENCIAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E MESTRES DAS ESCOLAS TÉCNICAS

Data de aceite: 01/03/2022

Murilo Santos Garcia

Centro Estadual de Educação Tecnológica
Paula Souza – Etec Martin Luther King.
Especialista em Inovação
São Paulo, São Paulo, Brasil

Ana Paula Dário Zocca

MBA/ESALQ – Mestre em Administração
Piracicaba, SP, Brasil

RESUMO: Idealizada para ouvir a voz da comunidade e gerenciar os recursos financeiros da escola, a Associação de Pais e Mestres [APM], pode ser uma ferramenta democrática de direito de suma importância para a comunidade escolar. Mesmo com os avanços na legislação, a burocracia e a falta de integração entre os sistemas têm prejudicado significativamente as ações pedagógicas frente às unidades escolares. O objetivo do artigo foi propor a criação de um sistema unificado, denominado de APMx, para a centralização de todas as plataformas de prestação de contas e aprimoramento da gestão financeira das escolas públicas. Ainda em fase de concretização, o sistema será capaz de criar uma rede de comunicação entre as associações e seus associados, possibilitando transparência nos recursos públicos e fomento nas políticas públicas com dados reais das situações financeiras das unidades escolares. O estudo desenvolveu-se por meio da metodologia de estudo de caso, com instrumento de coleta de dados pela pesquisa documental e aplicação de

questionários. Foram consultados todas as 223 diretores escolas técnicas públicas do Estado de São Paulo, sendo este o total do universo. Conclui-se que a estrutura aplicada do programa é condizente com as principais necessidades destes colegiados, desde cadastro de alunos a emissão de parecer técnico e organização para eventos pedagógicos, de maneira prática e objetiva.

PALAVRAS-CHAVE: Finanças; Gestão; Questionário; Criação; Inovação.

INTRODUÇÃO

A Associação de Pais e Mestres [APM], presente em quase todas as escolas públicas possui grande importância frente às ações pedagógicas nas unidades escolares como: garantir o financiamento mínimo necessário para o desenvolvimento e concretização do planejamento escolar. Porém, muitas associações encontram-se bloqueadas por questões burocráticas, pois um dos principais requisitos para o correto funcionamento de uma associação, que está intrinsecamente ligada ao direito administrativo, capacidade técnica e visão, é a entrega perfeita de uma prestação de contas, alinhada a diversos sistemas financeiros de controles.

Após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96, as instituições de ensino (públicas e privadas), seguindo as determinações da lei, passaram a implementar ações com o objetivo de alcançar uma gestão

democrática e participativa. Com o passar do tempo, a legislação foi aprimorada para adequar este colegiado aos panoramas atuais e, com isso, diversos programas de incentivos foram reforçados sob o prisma da legislação vigente, tais como o Programa de Aprimoramento da Gestão Participativa¹, destinado exclusivamente para as Associações de Pais e Mestres de todo o Estado de São Paulo.

Cada Estado tem sua autonomia para iniciar as discussões e criar instruções para padronizar o funcionamento das Associações de Pais e Mestres com legislação própria, de acordo com a suas características regionais. Vale acrescentar que recentemente (Memorando Circular N° 002/2020) foram publicadas orientações de reforma do Estatuto que são padrão para todas as Associações de Pais e Mestres do Estado de São Paulo, porém, os procedimentos administrativos financeiros que envolvem tais associações, continuam de maneira obsoleta a causar atritos nas prestações de contas, considerando que a prestação de contas é expedida em sistemas diferentes e não há controle de sua totalidade financeira e, também não existe transparência das ações adotadas pelas unidades escolares.

Neste artigo, a proposta de criação de um sistema unificado de gestão para todas as Associações de Pais e Mestres do Estado de São Paulo, em específico para as escolas técnicas, tem a finalidade de otimizar o controle dos recursos públicos a fim de centralizar as ações de apoio financeiro, instrumentalizando a equipe gestora no processo de tomada de decisão ampliando os horizontes de atuação.

A proposta em tese vislumbra uma oportunidade de negócio, de um *único* sistema (ainda não criado), que será capaz de concentrar todos os recursos financeiros que são movimentados nas Associações de Pais e Mestres das Escolas Técnicas, fomentando dados em tempo real para as comissões em assembleias de deputados e/ou senadores em suas linhas de trabalho, voltado a Educação.

MATERIAL E MÉTODOS

Os materiais coletados para este sistema unificado, derivam de uma análise documental, que compreendeu atas de reuniões, livros de registro, prestação de contas e análise em diversas interfaces sistêmicas que integram a gestão da Associação de Pais e Mestres, observados de 2016 até 2021 como parte integrante da metodologia aplicada neste estudo de caso.

Não obstante, foi aplicado um questionário estruturado (quali-quantitativo), composto de oito perguntas, destinado aos Diretores/Vice Diretores/Assistentes Técnicos Administrativos e/ou Diretor Executivo das Associações de Pais e Mestres das 223 Escolas Técnicas Estaduais mencionadas, com sete perguntas objetivas relativas às principais

¹ Lei estadual 14.689 de 04/01/2012, que "Institui o programa de Aprimoramento da Gestão Participativa, destinado às Associações de Pais e Mestres – APMs das Escolas Estaduais, e dá providências correlatas. (SÃO PAULO, 2012)"

atividades desenvolvidas pela Associação e uma pergunta aberta, possibilitando obter maior detalhamento sobre o cenário que atualmente se encontra as escolas técnicas estaduais.

O questionário foi aplicado, por meio da Comissão de Gestão Participativa, considerando a importância da comunicação e das relações interpessoais na comunidade aos 223 diretores das Escolas Técnicas, disponibilizado até 30.06.2021. No questionário, foi proposto a participação voluntária aos diretores, respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados, objetivando conhecer os principais recursos de entrada, controle contábil e o interesse em uma ferramenta unificada para o controle da gestão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo o site da Secretaria da Educação do Governo do Estado de São Paulo, a Associação de Pais e Mestres faz parte da gestão democrática, sendo a principal responsável pela garantia do elo de comunicação entre a tríade e formação do cidadão (Escola, Família e Aluno), sua constituição se teve em plena ditadura militar (LDB. N. 5.692 de 11/08/1971).

Após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96, as instituições de ensino (públicas e privadas), seguindo as determinações da lei, passaram a implementar ações com o objetivo de alcançar uma gestão democrática e participativa. Cada Estado e Município ganhou autonomia para definir normas para a aplicabilidade da gestão democrática do ensino público da educação básica, e em 2012, contemplamos o programa nacional de aprimoramento desta gestão, destinado exclusivamente para as Associações de Pais e Mestres das Escolas Estaduais.

Em meados de 2018, o Ex-Governador Márcio França, durante o Encontro Paulista de Grêmios Estudantis, destacou a importância da participação dos alunos no Projeto Orçamento Participativo Jovem, que teve como foco a administração de uma verba de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). França (2018), reforçou a importância de ouvir os jovens com suas sugestões e inspirações, porém, como administrar de forma organizada e tecnológica uma maneira efetiva de ouvir mais de 1000 mil jovens que em média são matriculados em escolas públicas? Como garantir uma gestão democrática na prestação de contas de verbas tão complexas? Como efetivar os investimentos de maneira assertiva, depois de reuniões com os segmentos da gestão democrática?

A participação da sociedade civil no processo político democrático de direito é ínfimo, isso é fato consumado, já dizia Platão, que não havia nada daqueles que não gostavam de política, porém, seriam governados por aqueles que dela se alimentavam e para este processo político ser representado na educação, somente por meio das instituições auxiliares da Gestão Escolar, que são: Associação de Pais e Mestres, Conselho de Escola e o Grêmio Escolar.

Questiona-se durante este período o quanto a questão democrática de direito

pode auxiliar ou atrapalhar o bom funcionamento da gestão, levando em consideração que os cidadãos /municípios demandam necessidades formativas para se apropriarem dos processos a cada gestão eleita a defesa de um curso inicial, para que a assembleia e o corpo da diretoria executiva, seja capaz, de assim compreender o dia a dia de uma escola. Todavia, a ênfase deste trabalho será dada a uma ferramenta automatizada, capaz de organizar e disponibilizar a legislação e utilizar a força da assembleia para tomar decisões adequadas para os momentos que se fizerem necessários.

Vale esclarecer que os movimentos legais para formalizar e fortalecer as associações são oriundos de legislação própria, autorizada pelo Governador do Estado de São Paulo, ou seja, não se podem alterar os basilares da instituição sem a prévia autorização governamental, que implica em todo o processo de promulgação legal.

Nos últimos dois anos a contar de 2018, vários movimentos de atualização foram promulgados para atualizar esta importante ferramenta de democratização, desde acrescentando e alterando dispositivos ao Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres, orientando e formalizando minutas de termos de convênio e colaboração para o repasse direto de outras possibilidades de verbas.

Os impactos com a redação destes decretos (Decreto nº 63,809, de 14.11.2018; Decreto nº 63,891, e 5.12.2018), impulsionou uma atualização e novas probabilidades de negócios, que antes as Associações não podiam realizar. A nova estrutura vislumbrou olhar para um novo mundo da educação, valorizando a autonomia administração e legal de cada Associação de Pais e Mestres, presente nas escolas públicas profissionais estaduais, definindo um termo de colaboração e propondo a minuta, obrigando movimentações em conta bancária específica e prevendo uma comissão de monitoramento e avaliação própria.

Com a publicação do Decreto nº 63.809, de 14 de novembro de 2018, algumas definições foram formalizadas para melhor interpretação da comunidade escolar, sendo o foco em realização de projetos e ações promocionais, educacionais e comunitárias direcionadas à comunidade escolar e seu entorno conforme plano de trabalho, propondo uma parceria de 36 meses, prorrogáveis para 10 anos, obrigando a comprovação de inexistência de dívidas e liquidação total das mesmas (se houver), antes da assinatura do termo, ou seja, Associações de Pais e Mestres, que estão idôneas perante o mercado.

Nota-se que com esta versão atualizada do estatuto, a APM passa a autorizar e gerenciar, as instalações da escola para promover eventos, gerir contrato de licitação de espaço público para cantina, estacionamento, reprografia e mídias. Contratação de pessoal (desde que não sendo para ocupar funções próprias da escola), fazer pequenos reparos e contratar pessoal, pagar despesas de transporte para professores e alunos e subsidiar alunos carentes.

Esclareça-se que as APMs continuam não podendo, desenvolver atividade fim, tais como ministrar cursos, contratar pessoal para aulas, assuntos acadêmicos e vida funcional, desenvolver projetos não previstos no PPG – Plano Plurianual de Gestão ou atualizar em

desacordo com ele.

Um dos momentos mais difíceis, na gestão escolar é a participação da comunidade escolar (pais, alunos, professores, empresas, ex-alunos e funcionários), no orçamento escolar, este mais ligado diretamente as APMs, que atualmente têm responsabilidade pela gestão financeira da escola, acrescentando as finalidades das verbas repassadas as APMs por intermédio da Fundação para o Desenvolvimento da Educação, órgão autárquico vinculado à Secretaria da Educação do Governo do Estado de São Paulo, que por sua vez, tem a possibilidade de solicitar a seguinte demanda orçamentária, assim, encontramos as principais verbas repassadas as APMs, disponível no site da Fundação para o Desenvolvimento da Educação, em 2021.

Para compreendemos a complexidade burocrática imposta nestas verbas, sabemos que para cada uma, há abertura de conta específica junto ao banco responsável, devendo organizar atas de reuniões, orçamentos específicos, ou seja, um processo de prestação de contas que deve ser repetido três vezes, sendo no papel, no sistema da educação e no sistema da autarquia. Abaixo é possível observar algumas das entradas de recursos financeiros para gerencialmente da unidade escolar:

Nome da Verba	Descrição
Manutenção do Prédio e Equipamentos Escolares	Destinada a aquisição de materiais e serviços para manutenção preventiva e corretiva, conservação e pequenos reparos no prédio e nos equipamentos escolares, bem como a despesas com tarifas bancárias autorizadas e institucionalização da APM, tais como registro de Atas e Estatuto da APM em cartório, confecção de carimbo do CNPJ da APM etc.
Mutirão Trato na Escola	Destinada a pintura, revitalização e limpeza da escola, aquisição de materiais e serviços para manutenção preventiva e corretiva, conservação e pequenos reparos no prédio e equipamentos escolares.
Escola da Família	Destinada a aquisição de materiais de consumo que serão utilizados no desenvolvimento do Programa, que tem a finalidade de manter as Escolas abertas durante os fins de semana com atividades culturais, esportivas e recreativas.
Cultura é Currículo (Locação de Ônibus e Alimentação)	Destinada ao aluguel de ônibus para transporte de alunos que participam de visitas monitoradas a instituições culturais, bem como aquisição de lanches ou materiais para sua preparação, que serão consumidos pelos alunos durante as visitas. As visitas são a instituições participantes do Programa Cultura é Currículo.
Utensílios de Cozinha	Destinada a aquisição de utensílios de cozinha para as Escolas Estaduais, como parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Tabela 1. Verba repassada pela FDE/SEE

Fonte: FDE (2021)

Nome da Verba	Descrição
PDDE - Educação Básica - Capital e Custeio	Destinada a aquisição de equipamentos e materiais/serviços para manutenção preventiva e corretiva, conservação e pequenos reparos no prédio e nos equipamentos escolares, bem como materiais de consumo para apoio pedagógico, despesas cartorárias etc.
PDDE - Estrutura - Capital e Custeio	Destinada a aquisição de bens, materiais e/ou contratação de serviços para construção e adequação de rampas, alargamento de portas e passagens, adequação de sanitários e outras adequações físicas para melhoria dos ambientes da Escola.
PDDE - Qualidade - Capital e Custeio	Destinada a locação de espaços físicos para utilização esporádica e/ou contratação de serviços de infraestrutura, transporte, alimentação, hospedagem e demais despesas relacionadas à realização de eventos; aquisição de equipamentos e mobiliários; aquisição de materiais didático-pedagógicos; contratação de serviços de consultoria de Instituições de Ensino Superior.
PDDE - Mais Educação - Capital e Custeio	Destinada a aquisição de materiais permanentes e de consumo, contratação de serviços necessários às atividades de Educação Integral, ressarcimento de monitores que realizam atividades no desenvolvimento do Programa.
PDDE - PDE Escola - Capital e Custeio	Destinada a aquisição de materiais didáticos e pedagógicos para suprir a necessidade da Escola.
PDDE – Qualidade - Conectividade	Destinada a aquisição de informática para suprir a necessidade da Escola.
PROJETO DE LEI, encaminhado em 01.09.2021 em solenidade do Palácio do Governo do Estado de São Paulo.	Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista, vinculado à Secretaria da Educação e ao Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPS

Tabela 2. Verba repassada pela Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Ministério da Educação/Programa Dinheiro Direto na Escola/PDDE

Fonte: FDE (2021)

Nome da Verba	Descrição
Aluguel de Cantina	Licitação de espaço público, com o valor maior de aluguel a ser pago pelo espaço.
Repasso de Uniforme Escolar	Licitação para revenda de uniforme escolar, mesmo não sendo obrigatório, mais recomendado o uso nas dependências escolas para a segurança da comunidade escolar.
Repasso dos candidatos ao processo seletivo	Repasso das inscrições pagas para análise da documentação escolar, para fins de classificação dos candidatos a concorrência a vaga.
Repasso de Convênio Autarquia X APM	Repasso, para fins desburocratização do processo de prestação de contas, por meio de convênio.

Realização de eventos pedagógicos	Porcentagem, dependendo das reuniões, sobre os eventos pedagógicos organizados na escola, tais como: terceirização de serviços e produtos, durante a realização, festa junina. OBS.: Não se deve cobrar entrada para espaço público.
Doações da comunidade escolar	Doações de quaisquer natureza para a Associação, seja em dinheiro ou em produto/ serviço.
Aluguel de instalação	Promoção de evento
Aluguel de estacionamento	Repasse de estacionamento escolar.
Aluguel de espaço de reprografia e mídias	Repasse para reprografia de documentos, impressões.

Tabela 3. Repasses financeiros de outra natureza

Fonte: FDE (2021)

As associações de pais e mestres das escolas estaduais públicas, dependendo de suas características, possuem diversas entradas diferentes de recursos financeiros, sendo as principais que necessitam de um processo de prestação contas complexas, de acordo com a Figura 1:

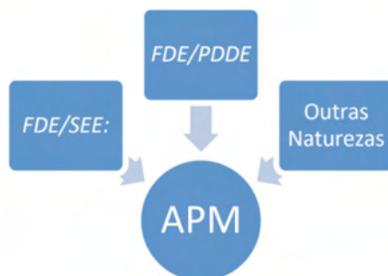


Figura 1. Organograma de entrada de recursos financeiros

Fonte: Resultados originais da pesquisa

No cotidiano de toda escola pública, é comum o repasse de recursos com obrigatoriedade de prestação de contas posterior, que deve ser aprovado em assembleia com a participação da comunidade escolar, onde deve-se comprovar sua utilização de acordo com a legislação vigente e as normas específicas de cada programa. Neste artigo, abordamos o PDDE e outras. O atraso na prestação de contas acaba impossibilitando a unidade escolar de receber as próximas verbas, além de responder a processo administrativo, por meio de uma comissão de apuração preliminar, devidamente instituída para apurar as irregularidades cometidas pela APM e seus gestores.

Segundo o Tribunal de Contas da União, diversos problemas foram identificados na utilização dos recursos do PDDE, que constaram do relatório de auditoria referente

ao período de 2011-2015, em que avaliaram e constataram que dos 70% dos recursos empenhados não foram transferidos as suas respectivas unidades de ensino, devido a inadimplência na prestação de contas e a outros fatores tais como a inobservância nos procedimentos administrativos, fragilidades de patrimonialização de bens adquiridos, inadequação da estrutura física das escolas, ausências de análise técnica e financeira, fragilidade nos controles no FNDE, insuficiência crítica na autorização de sistemas para acompanhamento, inoperância de sistema de prestação de contas – SIGPC e ausência de publicidade dos dados.

Não obstante, os fatos narrados em 2015, época de publicação do referido relatório, ainda ocorrem em pleno 2021, constatou-se diversas ferramentas de controle e nenhuma integralização entre elas e que mesmo assim, possibilitam erros administrativos que prejudicam o cotidiano das unidades escolares e contudo, este foi o ponto inicial para o desenvolvimento de um único e exclusivo sistema de gerencialmente, totalmente integralizado a todos os órgãos fiscalizadores para o correto uso do dinheiro público e por fim, adequar os objetivos pedagógicos da escola a está correta aplicação, que aqui deixo intitulado como “APMx – Leão®”

Com foco em observar os resultados da pesquisa aplicada nas 223 Escolas Técnicas, encontramos os seguintes resultados, de acordo com a Figura 2:

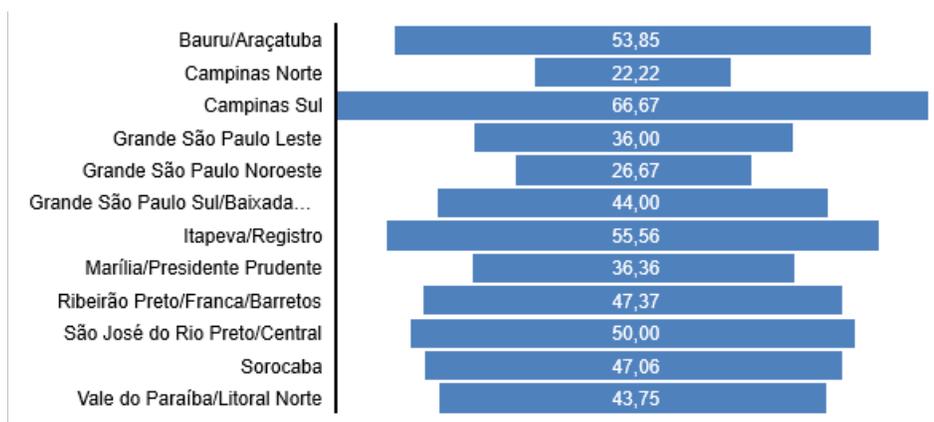


Figura 2. Questionários respondidos por região administrativa

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Das 223 Escolas Públicas pesquisadas, 41,70% participaram do questionário de maneira voluntária, onde foi possível analisar que todas as regiões se aproximam ou ultrapassam de 50% das escolas que possuem Associação de Pais e Mestres.

Observa-se na Figura 3, que a principal fonte de receita das Associações, ficou em 93,55% com o repasse do vestibulinho, seguido de 73,12% advindos de doação de pais e

ex-alunos, 61,29% em aluguel do espaço para cantina escolar e 47,31% em organização de eventos pedagógicos.

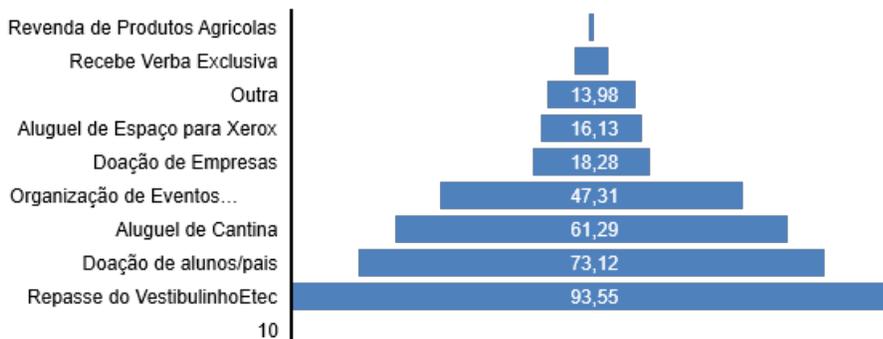


Figura 3. Principais Entradas de Recursos

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Toda esta entrada de recurso financeiro, necessita de um contador, sendo que 100% das Associações que participaram, contratam serviços contábeis que variam de R\$ 300,00 até 600,00 reais mensalmente pago, pela escrituração contábil., apenas, conforme demonstrado na Tabela 1.

Valor	Etecs	12º MENSALIDADES (Valor X 12 meses x Escolas)	13º MENSALIDADES (Valor X 13 meses x Escolas)
R\$ 300,00	31	R\$ 111.600,00	R\$ 120.900,00
R\$ 500,00	24	R\$ 144.000,00	R\$ 156.000,00
R\$ 600,00	13	R\$ 93.600,00	R\$ 101.400,00
R\$ 700,00	3	R\$ 25.200,00	R\$ 27.300,00
R\$ 800,00	4	R\$ 38.400,00	R\$ 41.600,00
R\$ 900,00	1	R\$ 10.800,00	R\$ 11.700,00
R\$ 100,00	4	R\$ 4.800,00	R\$ 5.200,00
Não pagamos	13	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Tabela 5. Valores pagos pela escrituração contábil

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Como a proposta seria a unificação de todas as plataformas e controle de uma associação de pais e mestres, desburocratização e agilidade na tomada de decisão, por meio de um serviço contábil que oferecesse, pelo mesmo valor, outros serviços agregados como: análise financeira, orientação para parcerias, convênios e processos digitais,

respectivamente 30,11% trocariam imediatamente e 56,99% analisariam a proposta, ou seja, 87,10% dos diretores, interessaram pelo serviço prestado (Figura 4) e 66,67% dos entrevistados consideraram que burocracia adotada ultimamente pela instituição de ensino é favorável para a execução das atividades.

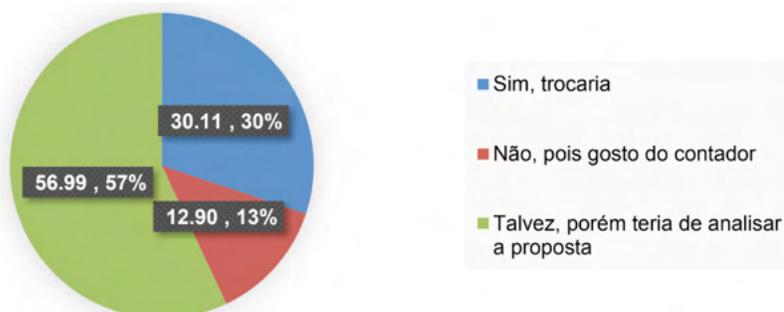


Figura 4. Trocariam ou não de contador

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Para compreender esta importante ferramenta de controle financeira, contamos com um diretor de escola pública, que ao assumir a direção, percebeu que um de seus desafios foi verificar que as contas da Associação de Pais e Mestres da sua escola estava no vermelho, porém, não tinha noção alguma de como regularizar as burocracias inerentes para o funcionamento da APM da sua escola. Seu contador atual, passa as informações, porém ele não entende direito e sua equipe gestora muito menos, considerando que nenhum deles (vice diretor, coordenador, gerente de organização) tem noção financeira ou administrativa para lidar com a APM. Sempre ouvem falar que “não mexe com APM que APM é problema, você pode ser exonerado se algo sair errado, você pode ter que pagar se algo for errado....”. Por medo, o diretor decide trocar de contador.

Com a troca de contador – homologada -, o referido diretor encontra a possibilidade de um negócio, desenvolvendo uma plataforma digital, chamada de APMx®, que seria uma Startup² e/ou Fintech³, voltada para a unificação de todas as APMs do Estado de São Paulo, levando em consideração que, para ouvir a voz da comunidade e gerenciar os recursos financeiros da escola, a Associação de Pais e Mestres – APMX - Leão tem como principal objetivo inovar a gestão financeira das Escolas Públicas do Estado de São Paulo, sendo uma ferramenta democrática de direito de suma importância para a comunidade escolar, para futuras parcerias e investimentos privados que potencializarão as escolas

² **Startup** é uma empresa jovem com um **modelo de negócios repetível e escalável**, em um **cenário de incertezas** e soluções a serem desenvolvidas. Embora não se limite apenas a negócios digitais, uma startup necessita de inovação para não ser considerada uma empresa de modelo tradicional.

³ **Fintech** é uma empresa que tem como objetivo otimizar serviços relacionado às finanças das pessoas ou de empresas, utilizando inovação e tecnologia. O termo surgiu a partir da junção das palavras financial (financeiro) e technology (tecnologia).

públicas.

Salta aos olhos o fato de uma ferramenta que a cada alteração no regimento ou emissão de correspondência, seria capaz de enviar aos membros cadastrados uma notificação, respeitando e dando mais força a democracia e aos princípios do direito administrativo, além de inovar o sistema de verbas públicas de uma maneira dinâmica, respeitando o fato da associação ser uma instituição da unidade escolar e estar principalmente ligada e fundada no direito público de direito constitucional.

No Estado de São Paulo, as informações educacionais de todas as escolas públicas e particulares são coletadas pela Diretoria de Informação Educacional – [DEINF], órgão vinculado à Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional – [CIMA], que por meio dos sistemas gerenciais da SEE, anualmente, constrói uma base de dados que é enviada para o INEP/MEC por meio de migração para consecução do Censo Escolar.

A partir da publicação dos dados oficiais do Censo Escolar, os indicadores educacionais mais relevantes, aqueles que retratam as principais características da Educação Básica no Estado de São Paulo, são organizados pela Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional – CIMA/SEE, na publicação Informe – Dados do Censo Escolar, com o objetivo de subsidiar as ações e decisões da Pasta e atender ao público em geral.

O relatório é de 2013, pois atualmente não foi atualizado junto aos órgãos competentes, encontramos a seguinte visão de nosso público alvo, que seriam as escolas públicas estaduais e municipais, possivelmente a escolas particulares aparecem no relatório como potenciais fonte de negócios, segundo o Censo Escolar de 2019, temos 5834 escolas estaduais, 12.637 escolas municipais, 29 escolas federais, 10.026 escolas particulares, totalizando 28.526 escolas que possuem Associações de Pais e Mestres no Estado de São Paulo, divididas em suas respectivas diretorias de ensino.

Os benefícios presentes na ferramenta, que otimizaria a gestão administrativa da Associação, podem ser listados a seguir:

- Utilização do sistema por usuários devidamente cadastrados;
- Liberar uma tela para consulta da comunidade, para que todos tenham acesso a notas fiscais, contrato e o que couber;
- Nesse sistema, a transparência dos recursos financeiros escolares é imprescindível, dando a credibilidade que a Associação necessita;
- Visa a um acesso direto a informações financeiras da unidade por parte dos órgãos fiscalizadores, tais como: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, Fundação para o Desenvolvimento da Educação; Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação; Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e comunidade escolar;

- Facilitaria a gestão de documentos da A. P. M. em uma única plataforma, pois proporcionaria uma econômica de papel, tendo em vista as necessidades que emanam para manter uma associação em funcionamento;
- Comunicação direta com os Cartórios que registram as ATAS. (Possível parceria com o CDT - Centro de Estudos e Distribuição de Títulos e Documentos);
- Comunicação direta com os Bancos (Possível parceria com o Banco do Brasil, consultoria, atualização eletrônica);
- Comunicação direta com empresas (Possível parcerias com empresas, interessadas em ofertar seus serviços. Nessa plataforma, seria possível a inserção de empresas e seus respectivos contatos); Comunicação direta com os pais, via sistema para eleição, votação de propostas ou tomada de decisão;
- Lembrando que, atualmente, segundo o MEC, existem 148 mil escolas em todo o território nacional (municipal e estadual). Com base no pagamento de serviços contábeis, paga-se -em média- para um contador realizar a escrituração contábil de uma APM, por volta de R\$ 500,00 reais por mês, ou seja, R\$ 888.000,00 ao ano;
- Essa plataforma, pode concentrar toda a legislação pertinente para a escola e até mesmo esclarecimentos para Diretores Executivos e Conselheiros, interessados em resgatar o espírito da formação cidadã (Escola + Família + aluno);
- Preço acessível;
- Serviço de Contabilidade/Financeiro;
- Serviço Jurídico (opcional);
- Capacitação sobre Programas do Governo de incentivo a Educação;
- Capacitação sobre repasses de Verbas;
- Capacitação sobre parcerias e convênios permitidos;
- Cursos livres para a comunidade escolar sobre políticas públicas financeiras na educação e finanças pessoais;
- Relatório de Inteligência de Mercado (3º setor);
- Revista mensal ou semestral, com os principais resumos e ações que afetam todas as APMs;
- Plataforma Digital interativa;
- Integração com outras Associações de Pais e Mestres;
- Desburocratização de reuniões, uma vez que o sistema organizará tudo;
- Processos de prestação de contas, entregues prontos para serem enviados a diretoria;

Diante de tais benefícios, as principais partes interessadas neste projeto, seriam os

envolvidos ligados diretamente e indiretamente no desenvolvimento desta ferramenta, com inúmeros benefícios, sendo os principais:

- **Diretor da Escola**
 - Indicação a APM, em contrapartida o pagamento de uma mensalidade acessível, seríamos o suporte para orientação profissional com as finanças da escola e demais assuntos inerentes a APM de maneira prática a um clique
 - Indicação X Mensalidade
- **Associações de Pais e Mestres e Escolas Públicas.**
 - Poder controlar melhor os investimentos da escola auxiliando na tomada de decisão em contra partida, conseguir ouvir a voz de forma organizada da comunidade escolar.
 - Contrato X Credibilidade
- **Grêmio das Escolas Públicas (SE) e (CPS)**
 - Auxiliar a gestão da escola e em contra partida, fornecer benefícios aos estudantes, tais como desconto ou bolsa de estudos.
 - Participação X Benefícios
- **Fornecedores Escolares**
 - Auxiliar com descontos os insumos que as escolas precisam, em contrapartida daremos prioridade na divulgação da oferta de preço.
 - Desconto X Divulgação
- **Imprensa**
 - Publicidade dos investimentos financeiros das escolas públicas, em contrapartida divulgaria a revista/informações a comunidade acadêmica
 - Publicidade X Informação
- **Centro de Estudos e Distribuição de Títulos e Documentos/Banco do Brasil**
 - Processo de registro de atas, exclusivamente por meio de sistema em contrapartida, redução de custo com a operacionalização.
 - Credibilidade X Tempo
- **Contabilidade Local**
 - Gerenciar os registros contábeis em tempo real e de maneira online, em contrapartida se tornaria a contabilidade referência no Estado de São Paulo nos serviços dedicados a contabilidade da escola pública
 - Mais clientes X Confiança nas informações

- **Fundação para o Desenvolvimento da Educação/Secretaria do Estado de Educação/ Centro Paula Souza/Ministério Público**

- Garantir a transparência dos recursos transferidos, demonstrando de maneira didática a comunidade escolar o funcionamento da gestão financeira em uma escola estadual, em contrapartida, estes órgãos teriam acesso aos dados regionais, para o desenvolvimento de políticas públicas de acordo com as características escolares.
- Publicidade X Políticas Públicas

Para alcançar esta realidade do papel a operacionalização do sistema, as etapas deste projeto consistiriam em:

- Desenvolver a plataforma ONLINE;
- Iniciar os testes contábeis, adaptando a realidade das associações;
- Licenciar e autenticar o produto, propriedade intelectual;
- Espelhar o setor contábil em uma área de análise financeiro;
- Desenvolver os gráficos e integrações sistêmicas;
- Desenvolver o sistema de reuniões online e votação;
- Desenvolver o sistema de atas;
- Desenvolver o aplicativo integrado;
- Desenvolver o sistema de reuniões online e votação;
- Desenvolver o sistema de atas;
- Desenvolver o aplicativo integrado;
- Desenvolver o setor contratos e licitações;
- Desenvolver o link para gerencialmente;
- Desenvolver a integração com o setor;
- Desenvolver o setor contratos e licitações;
- Desenvolver o link para gerencialmente;
- Desenvolver a integração com o setor;
- Desenvolver o setor de eventos;
- Desenvolver o link para gerencialmente;
- Desenvolver a integração com o setor;
- Desenvolver o link de acesso ao sistema e nível;
- Desenvolver a comunicação;
- Desenvolver o arquivo de segurança;

- Aquisição da contabilidade;

A integralizada com os possíveis órgãos, o foco desta operação passa a ser realizada individualmente, com cada escola, pois o dia a dia de uma Associação de Pais e Mestres é compreendido em:

- 1 – Para as APMs que tem funcionário em folha de pagamento extra em relação ao 13º salário dos funcionários dos clientes e suas obrigações principais (FGTS, INSS, DARFS, etc.);
- 2 – Fechamento de demonstrações contábeis e relatórios suplementares para análise dos fechamentos das demonstrações contábeis (Balancetes de Verificação antes do Balanço, Balanço Patrimonial, etc.);
- 3 – Assessoria na emissão do Inventário de Estoque;
- 4 – RAIS (relação anual de informações sociais dos funcionários dos clientes);
- 5 – DIRF (Declaração de Informações dos Rendimentos das Pessoas Físicas que prestaram serviços à empresa dos clientes das organizações contábeis);
- 6 – PGDAS (Declaração Anual do Simples Nacional);
- 7 – DCTF, DIMOB, DIMOF, DMED etc., declarações mensais extras, a depender da atividade;
- 8 – IBGE Cadastro Anual de Informações;
- 9 – SPED e ECF, declarações extras para substituir a DIPJ
- 10 - impressões extras, preenchimento de cadastros bancários, financeiros, recálculos de impostos, reemissão de guias, folhas contracheques, reimpressão e reenvio de declarações, consultoria e assessoria contábil;
- 11 – Prestação de contas no sistema da Secretaria Escolar Digital – SED;
- 12 – Assessoria na emissão do inventário de patrimônio;
- 13 – Assessoria em capacitação, para investimentos do fundo de reserva técnica e outros;
- 14 – Consulta a situação das empresas prestadoras de serviços e suas principais retenções de impostos;

A integralização do APMx® a todos os sistemas que monitoram o nosso sistema de ensino público, compreenderia principalmente os documentos internos da gestão escolar, coletando os dados que são registrados e gerados nos respectivos Plano Plurianual de Gestão [PPG], Plano Político Pedagógico [PPP], Plano de Curso [PC], Plano Financeiro, que cada escola tem que atualizar a cada ano, biênio, triênio etc, com isso, trazendo luz as políticas públicas e unificando as opiniões dos mais de três milhões de jovens nas escolas públicas em um único sistema.

Alguns fatores que impactam diretamente esta proposta de negócio, compreendemos

com a análise PESTEL, abaixo:

P	Fatores Políticos	Financiamento para pesquisa e Inovação Restrições educacional e de ensino
E	Fatores Econômicos	Alteração na dotação orçamentário do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Mudança na aplicação do Programa Dinheiro Direto na Escola
S	Fatores Sociais	Aumento da capacitação dos pais e alunos, nos meios eletrônicos. Valorização/Desvalorização da educação pelas famílias Migração das escolas privadas para as públicas
T	Fatores Tecnológicos	Riscos de segurança. Evolução de softwares de ERP. Evolução dos protocolos do E-gov para integração do sistema.
E	Fatores Ecológicos	Tendência a eliminação do papel (SP-SEMPAPEL)
L	Fatores Legais	Lei de acesso à informação. Lei de proteção de dados [LGPD] MP da Liberdade Econômica; Alteração no regimento das Associações de Pais e Mestres.

Tabela 6. Analise Pestel

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Não distante, outro fator importante para compreende a visão dos principais pontos fortes e fracos no negócio, considerando que o principal cliente são as escolas públicas estaduais e municipais, descrevemos da seguinte maneira:

- **Pontos fortes**

- Equipe especializada em gestão de orçamento público
- Sistema integrado e unificado para gestão do orçamento destinado as escolas públicas
- Parcerias com empresas interessadas nesta fatia do mercado (escolas públicas)
- Dados Regionalizados
- Informação disponível para o serviço público
- Transparência da gestão frente a comunidade

- **Pontos fracos**

- Carência de mão de obra para o desenvolvimento da ferramenta.
- Custo para manutenção de servidores
- Divulgação e autorização para aplicar a ferramenta dentro da unidade escolar
- Dificuldade em ganhar a confiança da direção da APM

- **Oportunidade**

- Mapeamento das necessidades de compras das APM gerando negócios para parceiros.
- Desenvolver uma central de ajuda mútua a todas as APMs para o gerenciamento financeiro.
- Editais e prêmios para desenvolvimento da gestão escolar

- **Ameaças**

- Mudança no repasse das verbas
- Desinteresse da comunidade escolar em contribuir com a APM

Percebe-se que a responsabilidade em manter um colegiado junto a Unidade Escolar é algo que demanda, capacidade técnica, conforme aludido no relatório do Tribunal de Contas, supracitado no início deste artigo.

A legislação pertinente ao funcionamento de uma Associação de Pais e Mestres, está intrinsecamente ligada as tomadas de decisão do negócio, o que afetaria de modo direto, todo o planejamento executável desta proposta unificada de plataforma/negócio.

Para melhor compreensão deste sistema, na Figura 3, demonstra-se toda a estrutura do negócio e bem como suas principais funções, lembrando que sua estrutura se replica para cada unidade escolar.

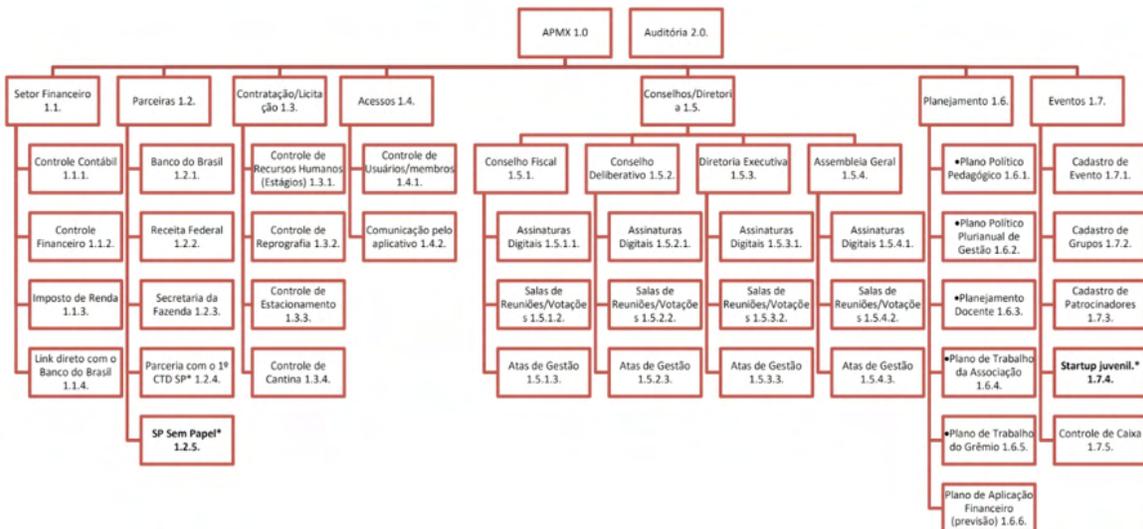


Figura 5. Estrutura Analítica do Projeto [EAP]

Fonte: Resultados originais da pesquisa

O mapa do sistema, será o seguinte, de acordo com as principais atividades que uma Associação de Pais e Mestres em pleno funcionamento deverá realizar:

Setor Financeiro	
Controle Contábil:	<p>Neste campo é possível:</p> <ul style="list-style-type: none">• armazena os registros oficiais da escrituração contábil• Balanço patrimonial• Tesouraria• Gestão de Tributos• Demonstrações financeiras• Planejamento orçamentário ou financeiro• Transmissão da DIRFPF• Registro de Contas• Controle e emissão do RPA.• Controle da Xerox• Controle do Estacionamento• Controle da Cantina• Controle de Voluntários (ajuda de custo)• Controle da mensalidade do APMx.• Impactos Financeiros do Plano Político Pedagógico da Unidade Escolar.• Impactos Financeiros do Plano Político Plurianual de Gestão• Impactos Financeiros do Planejamento Docente• Impactos Financeiros do Plano de Trabalho da Associação• Impactos Financeiros do Plano de Trabalho do Grêmio• Impactos Financeiros do Plano de Aplicação Financeiro (previsão)• Tributação Empresarial
<hr/>	
Integrações	
Órgãos de controle e governo.	<p>Neste campo é possível, reduzir as falhas humanas na troca de arquivos e documentações, podemos encontrar:</p> <ul style="list-style-type: none">• Vínculo com o Banco• Vínculo com a Receita Federal.• Monitoramento do CNPJ• Principais relatórios que afetam a APMs.• PDDE Interativo• Prestação de Contas SED – SP.• Análise, despacha, registra e arquiva a Ata de Eleição e Termo de Posse das novas gestões junto ao CDT.• Ambiente que registra o protocolo público da ata de eleição junto ao SPDOC.• Integralização com o SIGA (Etec)• Integralização com o SED (Educação)• Integralização com sistema do CPS
<hr/>	
Contratação/Licitação	
Abertura de novo Processo	<p>Neste campo é possível, solicitar abertura de processo de contratação/licitação:</p> <ul style="list-style-type: none">• Audiência Pública. ...• Edital. ...• Antecedência mínima do edital. ...• Impugnação administrativa do Edital.• Carta-convite. ...• Comissão de Licitação. ...• Habilitação dos licitantes. ...• Julgamento das propostas.• Homologação e Adjudicação ao vencedor.

Cadastramento de Orçamento	Neste campo, podemos disparar a toda rede, logo o sistema emiti um relatório com o menor preço e todas as especificações da empresa: <ul style="list-style-type: none"> · Pedido de orçamento do PDDE. · Pedido de orçamento recursos próprios.
Acessos	
Controle de Usuários/membros:	Neste campo, é possível ter acesso ao cadastramento de todos os usuários do sistema: <ul style="list-style-type: none"> · Cadastrar usuário · Liberar acesso · Definir poder de acesso.
Comunicação pelo aplicativo:	Neste campo é possível espelhar – parte – : <ul style="list-style-type: none"> · do conteúdo do sistema APMx · Acesso aos comunicados.
Sala de reuniões	
Sala Virtual	Nesta aba do sistema, será possível: <ul style="list-style-type: none"> · Abrir sala de reunião para discussão virtual e presencial de acordo com o calendário de reunião. · Cadastrar o Cronograma de Reuniões. · Emissão da ata final. · Disparo para os membros sobre o dia e hora da reunião.
Atas de Reunião:	Nesta parte do sistema será possível: <ul style="list-style-type: none"> · Armazenar as atas de reuniões. · Complementar/esclarecer alguma ata.
Planejamento	
Planos	Neste campo é possível, construir e visualizar os seguintes documentos: <ul style="list-style-type: none"> · Plano Político Pedagógico · Plano Político Plurianual de Gestão · Planejamento Docente · Plano de Trabalho da Associação · Plano de Trabalho do Grêmio · Plano de Aplicação Financeiro (previsão)
Eventos	
Cadastro de Evento:	Ambiente destinado para toda organização/controle sobre os eventos pedagógicos na escola, cabendo apenas o repasse ao caixa da APM ao término do evento: <ul style="list-style-type: none"> · Cadastramento do grupo de trabalho · Controle de caixa · Votações · Emissão de convite · Divulgação · Pedido de patrocínio · Pedido de orçamento · Prestação de contas · Compra de insumos · Conciliação bancária. · Registros.

Tabela 7. Estrutura Analítica do Projeto [EAP]

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Sendo o foco principal a integralização de todas as Associações de Pais e Mestres, criando uma capilaridade de ajuda simultanea, a ferramenta desenvolvida, seria capaz de solicitar e mostrar seu projeto a toda a uma rede vasta de interessados em ajudar na

evolução da educação paulistana profissional.



O QUE O SISTEMA APLICATIVO DEVE ATENDER?

Figura 6. Operacionalização do sistema

Fonte: Resultados originais da pesquisa

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A burocracia é um processo importante para a gestão financeira, é por meio dela que as instituições conseguem organizar suas atividades e procedimentos, estabelecendo um padrão para realização de processos, mitigando as chances falhas ao longo de determinadas atividades. Não obstante, o excesso de processos burocráticos para a realização de determinadas tarefas pode ser responsável pela redução da produtividade dos funcionários.

A proposta de unificar o sistema de gestão de todas as Associações de Pais e Mestres visa um futuro, não distante, para agilizar e facilitar os procedimentos para emissão de convênios e parcerias direto com as associações de pais e mestres das escolas públicas, possibilitando transparência nos processos decisórios com as bases legais.

Neste artigo, foi possível concentrar todas as principais atividades que cercam uma Associação de Pais e Mestres de escola pública, munir os diretores executivos com suas principais atividades e clarear a importância do trabalho coletivo em prol da educação.

Esclareça-se também a importância desta ferramenta de inovação destinada a gestão financeira das escolas públicas, onde concentraria todas as principais necessidades das escolas, filtraria e receberia propostas de ajuda e tudo isso, de maneira rápida e eficiente, sendo como sempre o foco a desburocratização e a digitalização dos processos.

Os investimentos e parcerias são de suma importância, principalmente a colaboração de todos os principais atores envolvidos, tais como Diretores de Escola, Supervisores, Dirigente de ensino, Secretários de Educação, Presidentes de autarquias e tudo isso, para

que os principais avanços sejam realizados e concretizados com sucesso.

AGRADECIMENTO

As escolas técnicas e a sua respectiva Associação de Pais e Mestres em possibilitar este registro e os diretores que sempre acompanharam o meu desenvolvimento profissional em prol da evolução total e integral da educação profissional e tecnológica paulistana.

REFERÊNCIAS

Adrião, T; Peroni, V. 2007. Implicações do programa dinheiro direto na escola para a gestão da escola pública. Revista educação & sociedade 28 (98): 253-267. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n98/a13v2898.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

Brasil. 1978. Decreto-lei n. 12.983, de 15 de dezembro de 1978. Estabelece o Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres. Diário Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, SP, 16 dezembro 1978. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1978/decreto-12983-15.12.1978.html9>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

Brasil. 1996. Decreto-lei n. 40.785, de 18 de abril de 1996. Acrescenta alínea “e” ao inciso III do artigo 4º do Decreto 12.983, de 15/12/1978. Diário Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, SP, 19 abril 1996. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1996/decreto-40785-18.04.1996.html>>. Acesso em: 28 jan 2021.

Brasil. 2004. Decreto-lei n. 48.408, de 6 de janeiro de 2004. Altera e acrescenta dispositivos que especifica ao Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres – APM, estabelecido pelo Decreto nº 12.983, de 15 de dezembro de 1978. Diário Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, SP, 7 janeiro 2004. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2004/decreto-48408-06.01.2004.html>>. Acesso em: 19 jan 2021.

Brasil. 2006. Decreto-lei n. 50.756, de 3 de maio de 2006. Altera o Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres, estabelecido pelo Decreto 12.983, de 1978. Diário Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, SP, 4 maio 2006. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2006/decreto-50756-03.05.2006.html>>. Acesso em: 23 jan 2021.

Brasil. 2018. Decreto-lei n. 63.891, de 5 de dezembro de 2018. Altera e acrescenta dispositivos ao Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres – APM, estabelecido pelo Decreto nº 12.893, de 15 de dezembro de 1978. Diário Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, SP, 6 dezembro 2018. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2018/decreto-63891-05.12.2018.html>>. Acesso em: 11 jan 2021.

Brasil. 2012. Lei n. 14.689, de 04 de janeiro de 2012. Institui o Programa “Aprimoramento da Gestão Participativa”, destinado às Associações de Pais e Mestres - APM's das escolas estaduais, e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, SP, 25 maio. 2019. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/165009>>. Acesso em: 10 jan 2021.

Brasil. 1998. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 9 novembro 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 25 jan 2021.

Brasil. 1971. Decreto-lei n. 5692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 12 agosto 1971. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 fev 2021.

Brasil. 1996. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dezembro 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 16 fevereiro 2021

Cardoso, V.A.G. 2018. Financiamento descentralizado em uma escola da Prefeitura Municipal de São Paulo. Monografia Especialização em Gestão Escolar. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiros, Universidade de São Paulo, Piracicaba, São Paulo, Brasil.

Carvalho Filho, J.S.C. 2015. Manual de Direito Administrativo. 28ed. São Paulo. Editora Atlas, São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: < <https://morumbidireito.files.wordpress.com/2015/09/direito-administrativo-28c2aa-ed-2015-josc3a9-dos-santos-carvalho-filho.pdf>>. Acesso em: 16 mar 2021.

Correia, M.V.C. Controle Social. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/consoc.html>>. Acesso em: 20 fev 2021.

Dalberio, M.C.B. 2008. Gestão democrática e participação na escola pública popular. Revista Iberoamericana de Educación 3 (47): 1-12. Disponível em: < <https://rieoei.org/RIE/article/view/2349>>. Acesso em: 10 mar 2021.

Fundação para o desenvolvimento da educação [FDE]. 2019. Manual de repasse APM-FDE, São Paulo. Disponível em: < <https://www.fde.sp.gov.br/PagePublic/RepasseAPM.aspx?codigoMenu=137>>. Acesso em 25 mar 2021.

Governo do Estado de São Paulo. 2018. Projeto orçamento participativo jovem amplia participação dos alunos. Portal do Governo do Estado de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/projeto-orcamento-participativo-jovem-amplia-participacao-dos-alunos/>>. Acesso em: 08 mar 2021.

Governo do Estado de São Paulo. Secretaria da Educação. Associação de Pais e Mestres. Disponível em: < <https://www.educacao.sp.gov.br/apm>>. Acesso em 19 mar 2021.

Jacomini, M. A. et al. 2016. Limitações da participação e gestão “democrática” na rede estadual paulista 37 (130):1143-1158. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v37n137/1678-4626-es-37-137-01143.pdf>>. Acesso em: 10 mar 2021.

Luiz, M.C. 2010. Conselho escolar: algumas concepções e propostas de ação. 1 ed. Editora Xamã, São Paulo, Brasil.

Oliveira, J.R.A; Costa, T.F.M. 2016. Instituições de Direito Público e Privado. 3ed. UFSC Departamento de Ciências da Administração, Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401391/1/PNAP%20-%20Bacharelado%20-%20Modulo%203%20-%20Direito%20Publico%20e%20Privado%20-%203ed%20-%20WEB.pdf>. Acesso em 10 mar 2021.

Paro, V.H. 2010. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. Revista educação e pesquisa 36 (3): 763-778. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n3/v36n3a08.pdf>>. Acesso em: 15 mar 2021.

Paro, V.H. 2000. Por dentro da escola pública. 3ed. Xamã. São Paulo, SP, Brasil

Ribeiro, M.N. 2000. Análise das relações entre família e escola na Cidade de Porto Velho/RO. Dissertação de Mestrado em Psicologia escolar e desenvolvimento humano. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Salvador, N.; Machado, R.; Almeida, L. 2013. Impactos do excesso de burocracia e da falta de padronização de processos no clima organizacional: um estudo de caso na matriz da rede de hortifrutigranjeiro alfa s/a. Revista Destarde 03: 83-100.

Silva, A.G. da. 2005. A associação de pais e mestres (APM) e a gestão da escola pública no estado de Mato Grosso do Sul – o caso de Campo Grande (1995-2000). Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br:8443/jspui/bitstream/123456789/665/1/Adonias%20Guedes%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 10 abr 2021.

ANEXOS

Afirmação da Pesquisa	Tipo de Resposta	Aspecto Avaliado
1. Sua escola possui Associação de Pais e Mestres?	Sim Não	Quantitativo
2. Qual Núcleo Regional Administrativo, faz parte?	Bauru e Araçatuba Campinas Norte Campinas Sul GSP-Leste GSP-Noroeste GSP Sul e Baixada Santista Itapeva e Registro Marília e Presidente Prudente Ribeirão Preto São José do Rio Preto Sorocaba Vale do Paraíba e Litoral Norte	Quantitativo
3. E-mail do Diretor Executivo ou Responsável pela Associação de Pais e Mestres	(aberto)	Quantitativo
4. Como a Associação de Pais e Mestres da sua escola se mantém? a. O objetivo desta pergunta é saber quais as principais fontes de recursos das APMs.	Aluguel de Cantina Aluguel do Estacionamento Aluguel de espaço para Xerox (fotocopiadora) Revenda de produtos agrícola (escola agrícola) Recebe verba exclusiva Doação de Empresas Doação da alunos/pais atualmente matriculados Organização de Eventos pedagógicos. Repasse do VestibulinhoEtec	Quantitativo

5. A Associação de Pais e Mestres, paga por serviços contábeis? a. O objetivo desta pergunta é saber se a APM tem um prestador de serviços contábeis.	Sim Não	Quantitativo
6. Caso tenha respondido que "SIM" na pergunta anterior, qual a média do serviço pago? a. O objetivo é saber o valor médio pago pela APM pelos serviços contábeis.	R\$ 300,00 R\$ 500,00 R\$ 600,00 R\$ 700,00 R\$ 800,00 R\$ 900,00 R\$ 1,0000	Quantitativo
7. Você trocaria de contador, se outra empresa oferecesse, -pelo mesmo valor que paga atualmente- outros serviços agregados como: análise financeira, orientação para parcerias, convênios e processo digital ? Tudo sem burocracia e integrando toda a escola (perfil dos associados natos...) em uma única plataforma?	Sim, trocaria. Não, pois gosto do contador da APM. Talvez, porém teria de analisar a proposta.	Quantitativo
8. Alguma sugestão ou melhoria para Associação de Pais e Mestres? a. Objetivo é coletar informações da experiência dos gestores educacionais, com o objetivo de melhorar o funcionamento das Associações de Pais e Mestres.	(Aberto)	Qualitativo
9. Considero que o nível de burocracia adotada na instituição de ensino é favorável para a execução das atividades	Sim Não	Quantitativo

Tabela 7. Perguntas aos Diretores Executivos (2021)

POLOS	DIRETORIAS	POLOS	DIRETORIAS	POLOS	DIRETORIAS
Polo 1	Centro Centro Oeste Norte 1 Norte 2	Polo 2	Leste 1 Leste 2 Leste 3 Leste 4 Leste 5	Polo 3	Centro Sul Sul 1 Sul2 Sul3
Polo 4	Guarulhos Norte Guarulhos Sul Itaquaquecetuba Mogi das Cruzes Suzano	Polo 5	Diadema Mauá Santo André São Bernardo	Polo 6	Caieiras Carapicuíba Itapeca da Serra Itapevi Osasco Taboão da Serra
Polo 7	Andradina Araçatuba Birigui Fernandópolis Jales Penápolis Votuporanga	Polo 8	Araraquara Franca Jaboticabal Pirassununga Ribeirão Preto São Carlos Sertãozinho São Joaquim da Barra	Polo 9	Adamantina Assis M. Paranapanema Pres. Prudente S. Anastácio Tupã Ourinhos
Polo 10	Apiai Itararé Itapeva Itapetininga Itu São Roque Sorocaba Votorantim	Polo 11	Americana Bragança Paulista Campinas leste Campinas Oeste Capivari Jundiá Limeira Mogi Mirim Piracicaba Sumaré S. J. da Boa Vista	Polo 12	Miracatu Registro Santos São Vicente

Polo 13	Caraguatatuba Guaratinguetá Jacareí Pindamonhangaba São José dos Campos Taubaté	Polo 14	Barretos Catanduva José Bonifácio São José do Rio Preto Taquaritinga	Polo 15	Bauru Botucatu Jaú Lins Marília Piraju Avaré
---------	---	---------	---	---------	---

Tabela 8. Divisão administrativa da Secretaria do Estado da Educação de São Paulo

Fonte: Secretaria do Estado da Educação de São Paulo (2021)

NRA	Etecs	Fatecs	Total
Bauru e Araçatuba	13	4	17
Campinas Norte	16	3	19
Campinas Sul	16	8	24
GSP-Leste	25	6	31
GSP-Noroeste	30	7	37
GSP Sul e Baixada Santista	25	10	35

Tabela 9. Divisão administrativa das Escolas Técnicas Estaduais

NRA	Etecs	Fatecs	Total
Itapeva e Registro	9	*	9
Marília e Presidente Prudente	22	7	29
Ribeirão Preto	19	5	24
São José do Rio Preto	16	8	24
Sorocaba	18	7	25
Vale do Paraíba e Litoral Norte	14	8	22
Totais	223	73	296

Tabela 9. Divisão administrativa das Escolas Técnicas Estaduais

Fonte: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (2021)

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acreditação MERCOSUL 1, 10, 11, 12
Alfabetização 51, 54, 149, 154, 160, 223, 224, 229
Angústia 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117
Audiência 103, 104, 105, 107, 108, 192
Aulas remotas 62, 65, 110

C

Competencias profesionales 209, 216
Comunicação 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 71, 85, 86, 87, 88, 92, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 124, 127, 175, 177, 186, 188, 193, 201, 202, 203, 226, 229
Criação 5, 6, 10, 35, 42, 46, 49, 51, 72, 80, 92, 114, 115, 125, 167, 172, 175, 176
Currículo 4, 23, 37, 58, 142, 145, 147, 148, 152, 153, 157, 164, 165, 169, 179, 223, 225
Curso de pedagogia 142, 155

D

Deficiência 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 104, 105, 167, 168, 169, 170, 172, 201, 202, 203, 204, 205, 207
Design de informação 103, 108

E

Educação 1, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 26, 28, 30, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 68, 70, 84, 86, 89, 90, 91, 102, 103, 107, 108, 109, 110, 119, 127, 132, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 185, 186, 188, 190, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 208, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229
Educação especial 54, 57, 60, 61, 147, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 208
Educação Física 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165
Educação profissional 158, 160, 161, 165, 171, 172, 174, 195, 196, 200, 204, 208
Educação superior 1, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 39, 44, 62, 64, 68, 171
Ensino-aprendizagem 39, 40, 41, 42, 45, 48, 49, 62, 105, 148
Epistemologia qualitativa 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102

F

Fenomenologia 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117

Filosofia 108, 110, 113, 115, 116, 117, 157, 229

Finanças 175, 184, 186, 187

Formação continuada 34, 147, 161, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207

Formação de professores 31, 32, 33, 51, 82, 142, 143, 144, 145, 147, 149, 152, 153, 154, 156, 157, 170, 208, 229

Formação humana 145, 158, 159, 225

G

Gestão 62, 63, 64, 65, 68, 75, 76, 110, 120, 121, 124, 126, 133, 134, 138, 140, 142, 156, 175, 176, 177, 178, 179, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 207

I

IFSP 166, 167, 171, 172, 173, 174

Inclusão escolar 52, 60, 61, 169, 203, 206, 207, 208

Inclusão social 103, 161, 203

Informação 3, 8, 13, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 71, 82, 92, 94, 95, 96, 98, 99, 101, 103, 105, 106, 108, 133, 151, 185, 187, 190, 200, 201, 202, 229

Inovação 8, 37, 147, 148, 151, 175, 184, 185, 190, 194, 204

Internacionalização 1, 2, 3, 4, 5, 9, 11, 12, 14

M

Matemática 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 164, 226, 229

Megaciencia 15, 16, 17, 18, 20, 23

N

Normativas da educação inclusiva 166

O

Organizações 13, 31, 106, 119, 121, 124, 125, 126, 131, 132, 133, 134, 139, 141, 189

P

Pandemia 17, 18, 20, 21, 39, 40, 62, 64, 103, 104, 105, 108, 110, 111, 112, 116, 117

PESTEL 15, 16, 17, 25, 190

Pressupostos do NAPNE 166, 173

Processo construtivo-interpretativo 91, 93, 95, 96, 98, 99, 100

PROEJA 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165

Q

Qualidade de vida 26, 28, 114, 134, 140, 163, 203

Questionário 62, 68, 119, 126, 130, 131, 132, 134, 142, 152, 155, 175, 176, 177, 182, 205

R

Reflexão 30, 33, 36, 42, 52, 53, 62, 68, 81, 84, 93, 110, 145, 155, 158, 164, 166, 223, 224

Responsabilidade social 116, 117, 119, 122

Robô 70

S

Saúde do trabalhador 26, 28

Saúde mental 119, 123, 124, 130

Saúde pública 28, 103, 105, 106

Sensibilidade 142, 144, 223

Sincrotrón mexicano 15, 16, 18, 23

Sistema sociotécnico 70, 71, 72, 73, 74, 80, 81

Sistematização coletiva do conhecimento 62, 64, 65, 66, 67

Subjetividade 26, 35, 91, 92, 93, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 125, 202, 227

T

Tecnologia assistiva 200, 202, 203, 205, 206, 207

Tecnologias 9, 29, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 65, 71, 82, 129, 133, 200, 201, 202, 205, 206, 207, 229

Teorias da educação 52, 61

Trabalho docente 26, 28, 33, 34, 35, 36, 37, 38

Transformación digital 209, 210, 211, 214, 221

U

Universidades tecnológicas 15, 18

V

Valorização da vida 110, 112

W

Wikipédia 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83

A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

3



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022

A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

3



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022